

Renamo pede condenação internacional dos atrasos do Governo no acantonamento

A Renamo pediu, na reunião da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), a condenação pela comunidade internacional dos atrasos no acantonamento do Governo moçambicano.

Mas o representante das Nações Unidas, Aldo Ajello, declarou que a CSC «não é um tribunal», afastando a hipótese de vir a haver uma condenação do Governo pela mesma comissão.

Para fazer uma avaliação da situação nas áreas de acantonamento, os membros do Governo e da Renamo na CSC e os embaixadores dos países observadores têm vindo a visitar desde a semana passada 12 centros de acomodação nas regiões norte e sul. Esta ideia foi igualmente decidida na recente reunião.

«Nós exigimos, propomos que haja uma declaração condenatória», disse o chefe do Departamento das Relações Exteriores da Renamo, José de Castro.

O representante do movimento de Afonso Dhlakama lembrou que, quando no ano passado a Renamo punha reservas ao início do acantonamento, houve uma declaração condenatória numa resolução do Conselho de Segurança.

«Se fosse a Renamo que estivesse a atrasar ou parar o processo, todo o Mundo estaria neste momento a gritar», sintetizou José de Castro, denunciando uma alegada parcialidade da comunidade internacional.

O representante da ONU frisou que a situação já não era tão grave como nos dias anteriores, uma vez que o Governo começou novamente a acantonar.

«Não me parece uma boa política fazer recriminações publicamente», comentou o embaixador britânico Richard Edys.

Na reunião, o Executivo moçambicano reconheceu os atrasos no acantonamento e por isso «avançou nos últimos dias, acantonando mais pessoas», disse o ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza. «Esperamos continuar nesse processo» — acrescentou.

GUEBUZA GARANTE SELECÇÃO DE TROPAS

O chefe da delegação governamental garantiu por outro lado que, com brevidade, o Executivo moçambicano seleccionará os seus homens para os cursos de formação do novo Exército e para o comando deste.

Richard Edys expressou a «preocupação» da comunidade internacional pelas implicações dos atrasos no calendário eleitoral. «Nesta reunião todos os embaixadores que falaram sublinharam a importância do prazo do mês de Outubro para a realização de eleições» — frisou.

«A comunidade internacional não pode aceitar suportar um atraso neste prazo» — acrescentou o diplomata britânico.

Guebuza indicou que a posição do Governo é idêntica. «Outubro é a última data para as eleições», disse, acrescentando que considera ser possível respeitar esse prazo.

O ministro classificou como uma «chantagem» as declarações do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, de que o seu movimento poderá não participar nas eleições se não receber ajuda financeira da comunidade internacional.